INCLUSÃO DIGITAL SOLIDÁRIA (IDS): GESTÃO DE COMPUTADORES BENEFICENTES

Gabriel Pinto de Oliveira Porto
Eduardo Franca de Almeida
Francisco Alves Neto
Gustavo Leone Hochmuller
Luiz Eduardo Protti Lasta
Nicolas De Souza Andrade

Instituição: Escola Estadual de Ensino Médio Ruy Barbosa – Ijuí/RS

Modalidade: Relato de Extensão

Eixo Temático: Tecnologias da Informação e Comunicação.

1. Introdução

Na sociedade contemporânea, o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) constitui um requisito fundamental para o pleno exercício da cidadania, para a democratização da informação, para a inclusão educacional e para a inserção no mercado de trabalho. Contudo, as profundas disparidades socioeconômicas que caracterizam o cenário brasileiro continuam a impor severas barreiras ao acesso tecnológico universal, afetando de maneira acentuada as populações em situação de vulnerabilidade social. Entre os grupos mais impactados por essa realidade, destacam-se os jovens de baixa renda que buscam qualificação profissional e os idosos que necessitam de inserção e alfabetização digital básica para realizar tarefas cotidianas essenciais.

No entanto, o debate sobre o acesso tecnológico não pode ser reduzido à mera distribuição estática de equipamentos ou à simples disponibilidade de conexão à rede mundial de computadores. Conforme aponta Silveira (2001), a exclusão digital é um reflexo direto e inevitável das desigualdades sociais estruturais. Isso evidencia que qualquer política pública ou intervenção comunitária voltada à inclusão precisa considerar, de forma prioritária, as condições concretas e materiais de apropriação dos recursos informacionais pelos sujeitos historicamente marginalizados.

Nessa mesma linha de reflexão, Bonilla e Pretto (2011) defendem uma concepção emancipatória de inclusão digital que ultrapasse a simples entrega física de equipamentos. Para os autores, a verdadeira inclusão exige o fortalecimento da formação pedagógica, o incentivo à participação social ativa e o desenvolvimento da capacidade dos indivíduos de produzir, criticar e compartilhar conhecimentos em rede. A inclusão tecnológica deve, portanto, articular harmoniosamente a infraestrutura física, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e o suporte pedagógico e social contínuo.

Diante desse panorama complexo, elaborou-se a proposta do projeto denominado Inclusão Digital Solidária (IDS): Gestão de Computadores Beneficentes. Trata-se de uma iniciativa de caráter extensionista planejada para implantar uma sala de informática pública, gratuita e acessível nas dependências da Biblioteca Pública Municipal de Ijuí/RS. O objetivo central deste trabalho é apresentar a fundamentação teórico-prática, a estrutura organizacional, a metodologia de execução e a viabilidade socioeconômica de um espaço focado em democratizar a conectividade e oferecer minicursos de capacitação tecnológica e suporte humanizado para a comunidade local.

A proposta fundamenta-se nos aportes teóricos de Lemos (2002), ao reconhecer que a cibercultura reorganiza de forma profunda as práticas sociais, tornando indispensável não apenas a oferta de microcomputadores, mas a criação de ambientes acolhedores onde os sujeitos possam apropriar-se das mídias digitais de maneira autônoma e reflexiva. A transição para a Sociedade da Informação exige uma capacitação contínua, na qual Kenski (2012) salienta que a aprendizagem mediada por tecnologias deve respeitar o ritmo, os saberes prévios e a afetividade dos sujeitos. Além disso, as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) ressaltam a cultura digital como uma competência transversal indispensável para a resolução de problemas reais da vida em sociedade.

A justificativa do projeto apoia-se na convergência entre os princípios da economia circular, da responsabilidade social e da solidariedade comunitária. Sob a perspectiva ambiental, Carvalho (2022) destaca que a aplicação dos princípios da economia circular no setor tecnológico brasileiro abre caminhos inovadores para a reutilização de materiais, reduzindo o impacto ambiental do lixo eletrônico. A viabilização operacional prevê a captação de recursos por meio de brechós beneficentes, aliada à articulação entre a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a E.E.E.M. Ruy Barbosa, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e a iniciativa privada local, configurando um modelo autossustentável de transformação social.

2. Procedimentos Metodológicos

A concepção e a estruturação do projeto Inclusão Digital Solidária (IDS) apoiam-se em uma abordagem qualitativa, descritiva e participativa, voltada ao planejamento de projetos

sociais e de extensão comunitária. O desenho operacional da intervenção proposta foi organizado e detalhado pela equipe a partir de quatro eixos metodológicos integrados.

O primeiro eixo baseia-se na articulação institucional e no mapeamento de parcerias locais. A Secretaria Municipal de Educação (SMED) atua na cessão de uso do espaço físico dentro da Biblioteca Pública Municipal de Ijuí/RS, garantindo localização central e acesso facilitado à população. A Escola Estadual de Ensino Médio Ruy Barbosa é responsável pela mediação institucional e acompanhamento do projeto pelos estudantes e professores tutores. A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) participa por meio de estudantes universitários vinculados a projetos de extensão acadêmica, atuando como instrutores e monitores voluntários nas oficinas de capacitação digital. Ademais, a iniciativa privada e provedores locais atuam na doação de computadores usados e no fornecimento do sinal de internet de alta velocidade em regime de permuta solidária.

O segundo eixo trata da sustentabilidade financeira e da aplicação da economia circular. O projeto foi planejado para funcionar de modo independente de verbas orçamentárias públicas contínuas. A arrecadação de recursos financeiros operacionais será viabilizada pela realização periódica de brechós beneficentes comunitários. As doações de roupas, calçados e objetos diversos em bom estado, arrecadadas junto à comunidade, serão triadas e comercializadas a preços acessíveis. Os valores obtidos serão integralmente destinados à execução de melhorias na rede elétrica e lógica do espaço na biblioteca, compra de materiais de consumo e escritório, despesas com logística e serviços de manutenção para os computadores doados.

O terceiro eixo refere-se à estruturação pedagógica e ao atendimento humanizado. O ambiente proposto prevê o acolhimento presencial, individualizado e focado na escuta atenta de jovens e idosos, respeitando o ritmo cognitivo de cada participante. O espaço físico funcionará em dois turnos operacionais: no modo de acesso livre, destinado a pesquisas escolares, confecção de currículos, navegação informativa e acesso a serviços governamentais; e no modo de formação acadêmica, com horários dedicados a mini cursos estruturados em módulos básicos e intermediários, abordando navegação segura, uso de e-mail, editores de texto e prevenção contra fraudes virtuais.

O quarto eixo contempla a estratégia de comunicação e difusão comunitária. A divulgação apoia-se em uma abordagem multicanal adaptada aos perfis do público-alvo. Utilizam-se emissoras de rádio locais para a veiculação de avisos informativos voltados à população tradicional e à captação de doadores para os brechós. Paralelamente, realizam-se campanhas em redes sociais focadas no público jovem, além de disponibilizar um canal de atendimento direto via WhatsApp para prestar informações, agendamentos e esclarecer dúvidas diretamente à comunidade.

3. Resultados e Discussões

A análise criteriosa da proposta do projeto Inclusão Digital Solidária (IDS) permite projetar a viabilidade prática, a coerência metodológica e o elevado potencial de impacto socioambiental da intervenção na comunidade de Ijuí/RS. A proposta centraliza seu valor na democratização do acesso digital com mediação pedagógica humanizada, direcionando suas ações prioritariamente a jovens em busca de formação profissional e a idosos em processo de alfabetização digital.

Em termos orçamentários, a estrutura de custos do projeto apresenta-se enxuta e otimizada, visto que as maiores despesas de capital (infraestrutura física e equipamentos tecnológicos) são absorvidas pelas parcerias institucionais e doações corporativas em regime de permuta. A arrecadação decorrente dos brechós beneficentes garante o fluxo de caixa necessário para pequenas reformas e despesas correntes, assegurando a autonomia do projeto e mitigando riscos de descontinuidade por falta de verbas públicas contínuas.

Sob a perspectiva ambiental, a iniciativa promove a reutilização de equipamentos eletroeletrônicos descontinuados e o incentivo ao reuso de materiais, alinhando-se aos preceitos da economia circular destacados por Carvalho (2022). Ao reinserir computadores descartados pelo setor privado no ciclo educacional, o projeto reduz a pegada ecológica municipal, minimiza a poluição decorrente do lixo eletrônico e conscientiza a comunidade sobre a importância da sustentabilidade ambiental.

No âmbito educacional e social, o diferencial do projeto IDS reside na recusa do modelo assistencialista focado apenas na doação de máquinas. A convergência entre suporte técnico, infraestrutura física confortável na biblioteca pública e tutoria pedagógica prestada pelos acadêmicos da UNIJUÍ garante que a tecnologia seja convertida em uma ferramenta efetiva de emancipação social, autonomia e cidadania. Para assegurar a avaliação contínua do impacto social gerado, propõe-se o acompanhamento rigoroso de indicadores como o volume total de acessos à sala de informática, a taxa de frequência e o número de certificados emitidos nos minicursos.

4. Conclusão

A proposta do projeto Inclusão Digital Solidária (IDS): Gestão de Computadores Beneficentes apresenta um modelo pedagógico e organizacional consistente, viável e plenamente alinhado às demandas sociais contemporâneas do município de Ijuí/RS. A articulação intersetorial envolvendo a educação básica, o ensino superior, o poder público e o empresariado local demonstra que é possível conceber soluções comunitárias autossustentáveis para o enfrentamento de problemas estruturais complexos, como a exclusão digital.

A fundamentação teórica em autores brasileiros de referência consolida a premissa de que a democratização das TICs exige mais do que equipamentos: exige mediação humana,

acolhimento e propósito pedagógico. Do mesmo modo, a incorporação da economia circular confere ao projeto um caráter inovador, associando a responsabilidade ambiental à promoção da justiça social.

Conclui-se que o planejamento elaborado atende integralmente aos objetivos propostos, oferecendo um roteiro seguro para a execução futura da proposta. Como encaminhamentos práticos indispensáveis para a efetivação do espaço, indicam-se a formalização do termo de cooperação técnica com a administração municipal para cessão do espaço físico, a estruturação da rede de voluntários da UNIJUÍ e o lançamento da primeira campanha pública de arrecadação de doações para a realização do brechó beneficente inaugural.

5. Referências

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (org.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CARVALHO, Tereza Cristina de. *Vejo na economia circular novas perspectivas de novos negócios e novas posições de trabalho*. **Jornal da USP**, São Paulo, 4 abr. 2022.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.